


A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal

 Cláudia da Conceição Garcia *
Maria Paz Josetti Fuenzalida **
Irina Alencar de Oliveira ***
Fábio Silva ****
Celso Lima *****

Resumo: Considerando que o Conjunto Urbanístico de Brasília possui valor excepcional, como um sítio cultural e que deve ser protegido para o benefício da humanidade, a pesquisa objetiva questões sobre a importância de se preservar não somente o significado histórico, artístico e cultural implícito no desenho original de Lucio Costa, mas associar ao projeto de educação patrimonial do Distrito Federal as histórias das pré-existências da formação do DF, além das culturas que foram trazidas pelos candangos e incorporadas como saberes locais de suas 32 regiões administrativas. Desta maneira, objetiva fomentar as relações socioculturais entre essas regiões administrativas, além de buscar promover uma articulação entre a Universidade de Brasília/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o IPHAN/DF/Nacional e as Secretarias de Educação e de Cultura do Distrito Federal por meio de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios. A pesquisa propõe a construção de material pedagógico que possa contribuir para a abordagem do tema “educação patrimonial” de maneira eficiente, lúdica e esclarecedora, a fim de sensibilizar as crianças nas primeiras fases de sua formação e, concomitantemente, situar a consciência de cidadania, implícita ao desenho da cidade. Além disso, permitir que os jovens adquiram as competências necessárias para promover a conservação dos bens patrimoniais e culturais e, assim, formem novas atitudes, com vistas a estabelecer um compromisso permanente ao exercício da cidadania e que inclua o entendimento da preservação da cidade para as gerações presentes e futuras, e assim desempenhem um papel decisivo na salvaguarda de suas cidades.

Palavras-chave: Brasília. Cidadania. Desenho. Distrito Federal. Educação Patrimonial. Jogos educativos.

* Cláudia da Conceição Garcia é arquiteta (UnB, 1989), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UnB, 1998), doutora na área de estética e história da arte e da arquitetura (UnB, 2009). Professora adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UnB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2861675901591901>. Contato: garcia.unb@gmail.com.

** Maria Paz Josetti Fuenzalida é bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2007), mestre em Sociologia (2018) pela mesma instituição, doutoranda em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Professora de Sociologia na rede básica de ensino do Distrito Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4778377345885572>. Contato: mariajosetti@gmail.com.

*** Irina Alencar de Oliveira é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília - UnB (2007), especialista em História Cultural: Imaginários, Identidades e Narrativas pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás - UFG (2012), mestre em Projeto e Cidade pelo Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da UFG (2015), e doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Arquiteta e Urbanista na Caixa Econômica Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6535350966278993>. Contato: irinaoliveira@gmail.com.

**** Fábio Silva é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Educação Artística Aplicada - Artes Plástica pela Faculdade São Luís - SP e graduado em Educação Artística - História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995). Professor de Arte da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2082676655712353>. Contato: fabiosidneyster@gmail.com.

***** Celso Lima é graduado em Museologia (FCI - UnB), especialista em História da Arte (Universidade dos Claretianos), e mes-
trando em Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB). Contato: celsolimaunb@gmail.com.

1. Educação Patrimonial no Brasil: algumas considerações

O patrimônio é constituído por elementos que representam manifestações das identidades e da memória da sociedade, portanto, sua preservação é uma forma de reconhecimento da sociedade por si mesma e pode ser fundamental para o respeito das diferenças e diversidade cultural num país.

O processo de proteção do patrimônio envolve sua identificação e apropriação afetiva e, com isso, a educação patrimonial¹ surge como elemento importante para esse processo. Trata-se de um instrumento fundamental de inserção da comunidade nos processos de preservação, construção e gestão dos bens patrimoniais, uma vez que colabora na identificação dos elementos que são referência e possuem valor e importância para as comunidades. Consequentemente, tem impacto na valorização das identidades e pode trazer desenvolvimento socioeconômico através de atividades turísticas relacionadas.

Desde a década de 1960, a partir das Recomendações de Paris de 1962 e 1964, as cartas patrimoniais vêm tratando dessa temática em âmbito internacional, visando despertar o respeito e o interesse da sociedade pelo patrimônio por meio da educação. O Compromisso de Brasília (1970) foi a primeira carta patrimonial brasileira a mencionar o assunto. Através do “culto ao passado”, numa perspectiva instrutivista, buscou a conformação de uma identidade nacional², incluindo nos currículos escolares (da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e da educação superior) elementos relacionados ao conhecimento e à preservação do acervo histórico e artístico nacional. Conhecer e preservar esse acervo seria fundamental para a edificação da identidade nacional brasileira. (CURY, 2004).

Em seguida, o Compromisso de Salvador (1971) apresentou a questão educacional de maneira diferenciada e mais pragmática. Sugeriu-se que os estudantes estagiassem como fiscais do patrimônio, que nas universidades fossem criados centros de estudo de seus acervos regionais e que os governos estaduais incluíssem, no ensino médio, um curso complementar que desse suporte técnico aos pequenos museus interioranos desprovidos de profissionais na área da museologia.

Destaca-se que, apenas na década de 1970, a intenção de educar assumiu uma condição maior e mais dinâmica, permitindo a capacitação de pessoas e a criação de uma postura crítica, que as possibilitasse integrar conscientemente não apenas a preservação, mas também a construção do patrimônio.

Nesse período, a Educação Patrimonial foi implantada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico

Nacional (IPHAN), que constatou a ineficiência de investimentos na proteção e conservação de sítios e monumentos sem a colaboração da sociedade. Surgiram, então, políticas de “conservação integrada” nas quais a população participaria da construção e consolidação do patrimônio, através de uma gestão participativa com o governo. Entretanto, somente as cartas patrimoniais mais recentes contemplam a noção corrente de Educação Patrimonial³, concebida pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) como:

(...) constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2014, p. 19)

Entende-se que a Educação Patrimonial objetiva, além de formar cidadãos com uma base cultural comum, colaborar nos processos de valorização dos elementos que são referência para as comunidades, ampliando assim seu acesso aos bens culturais e a democratização das políticas de preservação.

Essa visão está ligada a transformações na maneira de tratar o patrimônio cultural que se desenvolveram no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura a partir do final dos anos 1970 e durante nos anos 1980, especificamente com a incorporação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), liderado por Aloísio Magalhães, à Fundação Pró Memória, bem como do desenvolvimento do projeto Interação.

No que diz respeito às contribuições do CNRC, houve uma renovação na perspectiva de preservação do patrimônio cultural, que passou a orientar-se a partir da noção de referência cultural, ou seja, a partir de uma percepção que pressupõe a existência de sujeitos que conferem significação a determinados elementos simbólicos.

Essa perspectiva permitiu modificar o foco da preservação dos bens materiais – usualmente mantidos por sua excepcionalidade, monumentalidade, historicidade – para passar a conferir valor de patrimônio a elementos que concentram em si sentidos e valores atribuídos pelos sujeitos produtores que, de modo geral, são cidadãos anônimos que elaboram um saber fazer coletivo cuja vivência cotidiana enseja manifestações culturais coletivas (FONSECA, 1997).

Por sua vez, o projeto Interação buscou desenvolver ações que integrassem a comunidade e professores nos processos educacionais. Nesse sentido, eram articulados conteúdos que possuíssem sentido e significado para as comunidades envolvidas, ou seja, que fossem referência para elas. Era uma maneira de diminuir a distância entre as realidades vivenciadas pelos estudantes e o ambiente escolar (VIANNA, 2018).

Ambas as experiências deram o tom de perspectivas que atualmente são desenvolvidas na Educação Patrimonial, qual seja, não tratar esse processo como algo vindo de cima para baixo, com conteúdos pré-estabelecidos, valores previamente atribuídos.

A Educação Patrimonial constitui em um esforço em apoiar o indivíduo na elaboração do conhecimento histórico, na investigação da realidade, refletindo a respeito de sua ligação com um passado mais distante, buscando compreender a historicidade das suas referências culturais e propiciando um conhecimento mais amplo da realidade em que se vive.

2. Panorama da política patrimonial do DF

Em 2016, ocorreu um importante marco com a publicação da Portaria Distrital nº 265/2016, que instituiu a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. O documento remete à Lei nº 3.664/2005, que dispôs sobre a implantação de classes transplantadas no sistema de ensino público do Distrito Federal; à Lei nº 4.920/2012, que trata sobre o acesso dos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF ao Patrimônio Artístico, Cultural, Histórico e Natural do DF, como estratégia de Educação Patrimonial; e à Lei nº 5.080/2013, que incluiu o Dia do Patrimônio Cultural no calendário oficial de eventos e no calendário escolar local e instituiu as Jornadas do Patrimônio Cultural da Humanidade. Apresentou, ainda, a seguinte definição de Educação Patrimonial, bastante em consonância com a perspectiva nacional sobre o tema:

(...) é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento integral do sujeito um caráter social, considerando a identidade, em sua relação com os bens culturais de natureza material e imaterial, bens naturais, paisagísticos, artísticos, históricos e arqueológicos, visando potencializar o processo de ensino-aprendizagem e preservação da memória. (...) A Educação Patrimonial engloba práticas político-pedagógicas transformadoras e emancipatórias capazes de promover a ética global e a cidadania sociocultural.⁴

Destacam-se, também, iniciativas governamentais de Educação Patrimonial nos âmbitos distrital e federal, associados ou não.

Em 2015, o IPHAN publicou o livro paradidático de Elisa Leonel sobre o tombamento do Conjunto Urbano da capital federal, “Gabriel em Brasília, a cidade com asas”, que se tornou uma cartilha para aplicação em sala de aula. Como o primeiro de dez volumes a serem apresentados sobre Patrimônio Cultural de Brasília (dentro da Coleção Patrimônio para Jovens), foi lançada a obra “Athos, Colorindo Brasília” em 2018⁵. Estão disponíveis também guias sobre o patrimônio cultural

local e cartilhas de Educação Patrimonial, como aquela produzida pela Fundação Avançada de Ensino e Pesquisa (FAEP-DF)⁶.

As jornadas patrimoniais e as oficinas de inventário participativo também constituem importantes instrumentos de troca de experiências e integração comunitária. Há, ainda, eventos e cursos de capacitação de professores, como os ocorridos no Museu da Educação do Distrito Federal e no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (com o programa educacional “Distrito Federal: Seu Povo, Sua História”, desde 1994⁷), o Colóquio Athos Bulcão e Educação Patrimonial (2019) e a formação em Educação Ambiental e Patrimonial “Relações na prática pedagógica”, promovida pelo IPHAN, Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e secretarias de Educação, Meio Ambiente e Cultura do DF (2019).

Ainda, algumas secretarias de estado do Governo do Distrito Federal estabelecem parcerias, como o projeto Territórios Culturais (SECEC e SEEDF) que desenvolve atividades de educação patrimonial junto a estudantes da rede pública de ensino em espaços culturais da cidade (Centro Cultural Três Poderes, Cine Brasília, Memorial dos Povos Indígenas, Museu da República e Museu Vivo da Memória Candanga) e o projeto Turismo Cívico (SETUR e SEEDF).

Há, também, iniciativas da sociedade civil organizada, como as visitas promovidas pelo projeto Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, bem como o programa Guardiões de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, promovido por arquitetos e urbanistas, jornalistas, professores universitários⁸.

Observa-se, por fim, a abrangência restrita das iniciativas apontadas acima e que a intenção em se pesquisar sobre Educação Patrimonial decorre da constatação de que projetos dessa natureza em Brasília são pontuais e, por vezes, focam apenas em elementos limitados do aspecto arquitetônico e urbanístico. Por vezes, as obras e os artistas de Brasília são especialmente esquecidos, mesmo considerando a condição de professores desses profissionais e a convivência diária com o panorama arquitetônico local. Não se percebe interesse ou compromisso com a valorização do cenário das ruas, dos monumentos e de variados ícones artísticos que estão à disposição no percurso, no espaço, no tempo e na dimensão da cidade. A dificuldade em estabelecer esse reconhecimento e identificação tem relação direta com a carência de material didático para todos os anos do Ensino Fundamental, além da inadequada forma de exposição do conteúdo, que se vincula com a sensibilidade artística, especialmente, em relação aos alunos do ensino médio.

Considerando-se esses obstáculos para o enaltecimento do patrimônio cultural, percebe-se a necessidade de um trabalho didático nas escolas de Ensino

Fundamental e Médio, voltado para a divulgação e valorização dos espaços pelos quais as pessoas andam e moram, que se traduza em sua identidade cultural. É fundamental que esse processo não se restrinja apenas a uma matéria curricular, mas que desperte um olhar sensível e crítico sobre o Patrimônio Cultural brasileiro e, em particular, na capital do país. Certamente, se os arte-educadores e professores de arquitetura e urbanismo buscassem trabalhar com seus educandos uma pedagogia voltada para uma cultura visual, dentro do âmbito da Educação Patrimonial, seria possível avançar e superar alguns dilemas mencionados por Argan (2005, p. 228):

De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade. E se em alguns casos, este é atribuído apenas por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos.

3. O papel do desenho de Lucio Costa na construção de uma formação cidadã

Como apontado, a Educação Patrimonial refere-se ao processo permanente e sistemático do trabalho educativo, que tem como foco o Patrimônio Cultural, ou seja, todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando de gerações em gerações. Trata-se de um fazer histórico, pois cada época as recebe, usufrui e as modifica de acordo com suas necessidades (GRUNBERG, 2007).

A cada geração surgem novas contribuições, entretanto, a herança cultural deve permanecer como o fio condutor da história da humanidade, não apenas como memória e lembrança cultural, mas como parte integrante do nosso cotidiano, pois nos ajuda a compreender o mundo que nos rodeia com a amplitude necessária para que as identidades culturais sejam respeitadas e perpetuadas.

Há que se considerar a diversidade cultural que revela as características internacionais, nacionais, regionais e locais de cada sociedade e que permite uma construção histórica a partir de sotaques, costumes, gastronomia e seus modos de vestir etc. Graças a cada uma dessas particularidades, é possível identificar e reconhecer a identidade de uma nação, de uma sociedade ou de um grupo.

O Distrito Federal, diferente dos estados brasileiros, não possui municípios, sendo composto por 32 regiões administrativas que estão situadas no Planalto Central, no miolo do estado de Goiás e com uma diminuta divisa de 2 km com Minas Gerais. Com aproximadamente 5,78 mil km² onde se estima que vivam 2,85 milhões de habitantes, possui características tanto de Estado como

de Município e é administrado por um governador e este indica os administradores das regiões administrativas, inclusive a de Brasília. Há aqueles que confundem Brasília como a capital do Distrito Federal, mas ela é a sede do governo do DF e todos que nascem em seu território são reconhecidos como brasilienses ou candangos.

Apesar de os nascidos no DF serem chamados de Candangos, o referido termo, originalmente, foi utilizado para definir os pioneiros construtores de Brasília e comumente designava os milhares de nordestinos que deixaram sua cidade natal para assumir a responsabilidade de construir a nova capital do Brasil e que permaneceram até hoje no território do DF, consolidando um vínculo afetivo e simbólico com a região.

A participação de imigrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil foi crucial para o surgimento da Capital Federal, entretanto, é sabido que muitos brasileiros, de outras regiões do país, migraram para o DF na época da construção de Brasília.

Desta maneira, a fundação da cidade foi impregnada por uma importante diversidade cultural e muito determinou a formação da sociedade brasiliense, que nasceu marcada pela miscigenação do povo brasileiro. Se, por um lado, caracterizou-se por essa riqueza e diversidade, por outro lado, foi prejudicada por parte de seus residentes pela falta de vínculo de natividade com a cidade.

Segundo os dados sobre a evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal de 1959 a 2010, realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), foi identificado que quase 54% da população do DF nasceu em Brasília, ou seja, quase metade dessas pessoas possui referências nativas de outras regiões do Brasil. Além disso, segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2013/2014, desenvolvida, também, pela Codeplan, apenas 35,14% dos habitantes do Plano Piloto nasceu no Distrito Federal.

Embora, atualmente, já possamos reconhecer uma geração de residentes nascidos na região com filhos e netos também brasilienses, os dados em geral evidenciam que o Distrito Federal e, principalmente, a área onde se encontra o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) são formados por uma população de imigrantes. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de se construir caminhos que viabilizem a valorização do vínculo de pertencimento dos habitantes com a cidade.

Segundo o levantamento das estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE, no DF, a população das crianças na faixa etária entre 0 e 9 anos representa, aproximadamente, 13,62% do total e 15,85% encontra-se na faixa etária de 10 a 19 anos, ou seja, pouco mais de 25% está na fase de educação fundamental e média.

Considerando essas estimativas censitárias, pondera-se que as iniciativas bem sucedidas de inclusão de temáticas sobre o reconhecimento, a valorização e a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, nos projetos políticos pedagógicos das escolas de ensino fundamental e médio do DF, poderão viabilizar o fortalecimento identitário de Brasília na vida cotidiana dos jovens locais.

Segundo Demarchi (2016), das noventa dissertações defendidas entre 2012 e 2015 no programa de mestrado profissional no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apenas 5% abordam o tema educação patrimonial. Esse panorama de baixa produção na área sinaliza a fragilidade e a necessidade de incentivo de uma agenda afirmativa junto aos devidos órgãos, além da urgente demanda por incentivos a essas discussões nas esferas competentes com a participação da sociedade civil. Entretanto, essa interlocução exige por parte da comunidade o sentimento de pertencimento e identidade ao patrimônio brasileiro e este deve ser construído por um processo contínuo e permanente desde a mais tenra idade.

Acredita-se que a temática não deve se limitar a um processo de aprendizagem estanque e limitado a uma única disciplina nas escolas. Sua abordagem pode surgir para as crianças como uma costura ou um encontro de disciplinas, fortalecendo e mobilizando esses pequeninos a uma constante descoberta sobre aspectos culturais locais, regionais e nacionais nas diferentes áreas de conhecimento.

Desta maneira, é imperiosa a inclusão dessa abordagem nos projetos políticos pedagógicos das escolas, além da preparação do professor para que ele possa ser sensibilizado e que, à luz de sua área de conhecimento, possa lançar um olhar crítico à condição patrimonial dos monumentos brasileiros e, assim, viabilizar o diálogo com as especificidades da disciplina ministrada.

O presente projeto de educação busca um alinhamento com as propostas existentes. Em entrevistas e levantamentos junto ao IPHAN e à Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação (GEAPLA), foi identificado que as ações já realizadas e as propostas baseiam-se nas oficinas de inventários participativos com o objetivo de descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela.

Entretanto, nas pesquisas realizadas, observa-se que o valor agregado ao Conjunto Urbanístico de Brasília, na sua condição de patrimônio cultural reconhecido pela UNESCO e a contribuição do pensamento de Lucio Costa para a formação territorial de Brasília, não é parte integrante do imaginário coletivo da sociedade brasileira como patrimônio de identidade da comunidade.

Esta dificuldade do reconhecimento de pertencimento e identidade com a cidade contribui não apenas para o comprometimento da preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), como também distancia a sociedade do olhar coletivo sobre o que de fato foi pensado e proposto na fundação de Brasília por Lucio Costa.

Além de valorizar a herança cultural da pré-existência dos lugares e, ainda, valorizar as diferentes culturas que foram agregadas à formação do DF, é importante reconhecer e associar a esses contextos culturais os ideários implícitos ao desenho de Lucio Costa proposto para a formação do Plano Piloto como um dos fios condutores da formação do território do local e que pode constituir uma das possibilidades de fortalecimento do sentido de cidadania.

Paralelamente, o sentimento de pertencimento implica possibilidade de estímulo e valorização do lugar com vias a incentivar à participação comunitária. Na medida em que a pessoa se sente coautora das ações relacionadas à cidade, tudo o que for sendo construído de forma participativa provocará o sentimento de corresponsabilidade, permitindo a percepção de que os resultados atingidos são uma conquista de todos do grupo, pois representa o esforço individual de cada um e, conseqüentemente, traduz-se como espírito de cidadania.

Significa viabilizar uma formação cidadã de espírito crítico e que permita que essas crianças se tornem adultos com a capacidade de interagir de forma ativa e reflexiva na sociedade com participação, contextualização e significação do lugar.

Lucio Costa, quando desenhou o Plano Piloto para Brasília, agregou ao projeto esse espírito de cidadania ao explicitar que a cidade não poderia ser pensada apenas como uma *Urbis*, que visa apenas atender as questões práticas do cotidiano de uma cidade. Deveria ser projetada, também, como *Civitas*,

uma cidade possuidora dos atributos inerentes a uma capital. [...] porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir, ao conjunto projetado, o desejável caráter monumental. Monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. (COSTA, 1957).

Vale, então, lembrar o discurso de André Malraux, o então ministro da cultura da França na época do lançamento da pedra fundamental da Casa da Cultura Francesa (agosto de 1959), que batizou Brasília como “a capital da esperança” quando declarou:

Quase todas as cidades nascem espontaneamente em derredor de um lugar privilegiado. Que a história contemple conosco, neste momento, o primeiro despertar de uma cidade que a vontade humana, sozinha, fez surgir. Se houver renascer, algum dia, a antiga paixão das inscrições nos monumentos gravar-se-á sobre os que aqui irão nascer: audácia, energia, confiança. Não será, provavelmente, a divisa oficial, mas com certeza a que vos dará a posteridade. (MALRAUX, 1959).

Lamentavelmente, Brasília se distanciou dessa ideia de “Capital da esperança”. Comumente a cidade está associada a críticas que a colocam numa condição de uma “ilha” destinada a poucos. A perversa especulação imobiliária elevou o custo do metro quadrado do Plano Piloto, expulsando as pessoas para regiões distantes, elitizando a vida cotidiana da cidade. Além, também, de sua associação com as dificuldades políticas do Brasil, marcada por corrupção e desrespeito por parte dos políticos com os compromissos com a sociedade brasileira. É comum associar a cidade a essa imagem negativa.

No contexto do projeto de educação patrimonial, nossa proposta visa construir um olhar que desmistifique esses aspectos negativos e, além disso, permita a possibilidade de debruçar-se e revelar a essência implícita ao desenho proposto por Lucio Costa, que consagrou a cidade como patrimônio da humanidade, por sua beleza, seu significado histórico, seus ideários modernos e que tais qualidades voltem a ser efetivamente reconhecidas, consagrando novamente Brasília como a “capital da esperança”.

4. Brasília como patrimônio, para além de seu Plano Piloto

Embora, tradicionalmente, quando se trata do patrimônio do Distrito Federal, costuma-se valorizar o que foi consagrado em sua história recente: o projeto arquitetônico da Nova Capital, com seus edifícios e monumentos modernistas, bem como as edificações que serviriam de testemunho da empreitada de desenvolvimento e interiorização do país, liderada por Juscelino Kubitschek, o presente projeto visa a construir um olhar mais inclusivo, reconhecendo as pré-existências históricas da região, além de valorizar as culturas que foram trazidas das diferentes regiões do Brasil a época da construção de Brasília.

Com apenas 27 anos, o Plano Piloto de Brasília recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e até o presente momento são 26 bens materiais tombados⁹ pelo IPHAN. Contudo, essa é somente uma faceta do patrimônio cultural da cidade, correspondente apenas a um capítulo da história do lugar onde foi construída Brasília.

Dessa feita, ao desenvolver o projeto da Caixa Patrimonial, além de valorizar os bens já consagrados oficialmente como patrimônio cultural, pretende-se

resgatar os demais fragmentos dessa história. A região ocupada pelo atual Distrito Federal tem história antes de Brasília e além de seu Plano Piloto.

O trabalho de Paulo Bertrand (1994/1999), por exemplo, analisa a história do Cerrado Pré-Distrito Federal e mostra que, antes mesmo da construção da nova capital, esta região contou com a presença de vários grupos humanos, com relações sociais, infraestrutura de produção e circulação próprias.

Isso pode ser corroborado com as investigações feitas pelo setor de arqueologia do IPHAN (referência), que registrou no Distrito Federal 51 sítios arqueológicos. Desses, 26 são sítios líticos vinculados a grupos de caçadores-coletores, sete sítios cerâmicos que remetem ao período pré-colonial.

Esse fato faz refletir sobre a relação que o Distrito Federal estabelece com a região que o circunda. A despeito do que afirmam algumas narrativas, Brasília não foi construída numa “ilha” isolada, descontextualizada historicamente no interior do Planalto Central. Durante o período colonial, a região do Distrito Federal teve sua ocupação relacionada principalmente à expansão bandeirante e ao ciclo de mineração, sendo estabelecidas na região fazendas com produção de algodão, mandioca e pequenos engenhos, rotas de comércio, entrepostos comerciais e de cobrança de impostos¹⁰.

Quando da construção da capital, resquícios da configuração social do período colonial permaneciam no território. Não é por acaso que duas regiões administrativas (Planaltina e Brazlândia) já existiam como cidades, bem antes na inauguração de Brasília. Ademais, algumas regiões levam o nome de antigas fazendas como Gama, Papuda, Guariroba, Santa Maria, Sobradinho.

Mas não foram somente alguns nomes que permaneceram na cidade modernista. Por exemplo, algumas expressões culturais aqui pré-estabelecidas, hoje fazem parte do patrimônio imaterial do DF – Catira, Folia de Reis, Festas do Divino, modos de fazer alimentos, conhecimentos medicinais relacionados à tradição de raízes – e são tradições e saberes que se desenvolveram durante o período colonial e atravessaram os séculos, a despeito do projeto modernizador de JK.

Vale destacar que tais conhecimentos e tradições foram constituídos pela relação dos grupos aqui estabelecidos e o cerrado como meio. O uso de plantas medicinais, o manejo da terra para plantação, o cultivo e domesticação de certas espécies de plantas, tudo isso construído ao longo dos séculos por povos originários e grupos que posteriormente aqui estabelecidos.

Num segundo momento, com a construção da cidade, permeada por seus conflitos e disputas, um imenso contingente de imigrantes aqui se estabeleceu, provenientes de diversas regiões do país, sobretudo de estados nordestinos, do próprio Goiás e Minas Gerais. Esses

imigrantes trouxeram de seus estados tradições, mas aqui também desenvolveram, junto com a leva de trabalhadores que provinham de antigas comunidades rurais aqui já estabelecidas, novas práticas e, dessa maneira, foram construindo o patrimônio do Distrito Federal.

Esse conjunto de processos conforma o que é hoje o patrimônio de Brasília: é composto pelo patrimônio cultural oficialmente tombado, mas também é constituído por todo o conjunto de tradições que para cá foram trazidas e aqui construídas, conforme a cidade foi se desenvolvendo. São as feiras, os centros de tradições, as festas de São João e os grupos de quadrilha, os repentistas, os cordelistas, violeiros, as escolas de samba e blocos de carnaval, o hip hop, as expressões religiosas, expressões artísticas, como bumba meu boi, maracatu, frevo, ternos de congada e Moçambique. Além das edificações modernistas, dos espaços de festejo, de manifestação da fé religiosa, de expressão dessas tradições: feiras, praças, centros de tradições, Casa do Cantador, Morro da Capelinha, Vale do Amanhecer, Prainha e Praça dos Orixás.

Defende-se que projetos de educação patrimonial no Distrito Federal visem a contemplar a complexidade de fatos e elementos que compõem o patrimônio do DF e as mais diversas narrativas dessa história. Portanto, é importante resgatar as biografias individuais dos estudantes, identificar o que eles reconhecem como seu patrimônio e relacionar/contrastar o que foi observado com o que é atualmente consagrado.

O projeto da Caixa Patrimonial busca promover a identificação e reflexão do estudante de sua trajetória pessoal/familiar com a trajetória do Distrito Federal e, além disso, propõe que os estudantes reflitam sobre o que pretendem deixar como patrimônio para as futuras gerações.

5. A construção do projeto “Caixa Patrimonial”

Um dos pontos de partida para idealizar a proposta de um projeto de Educação Patrimonial para o DF foi avaliar criticamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que fora proposta pelo Conselho Nacional de Educação e que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Foi realizado um levantamento das diretrizes sobre os conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

O ensino fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Religião) que objetivam favorecer a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares.

As primeiras pesquisas foram realizadas nos anos iniciais do ensino fundamental (1º. ao 5º. anos), identificando os componentes curriculares constituídos em quatro áreas do conhecimento, exceto a religião. O objetivo foi identificar como a educação patrimonial pode perpassar essas áreas sem, necessariamente, surgir como uma abordagem isolada em cada ano das fases iniciais e, além disso, compreender a capacidade cognitiva das crianças.

Como cada área de conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do ensino fundamental, considerando tanto as características do estudante quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização, inicialmente, identificamos que o projeto de educação patrimonial, primeiramente à luz dos ideários de Lucio Costa, poderia ser alinhavado, em um primeiro momento, aos componentes curriculares das artes, geografia e história. Entretanto, não excluimos, em hipótese alguma, as áreas de matemática e ciências da natureza, cujo aprofundamento se dará posteriormente.

Há que se destacar que as crianças ingressantes nos anos iniciais do ensino fundamental necessitam fortalecer o desenvolvimento das competências relacionadas à alfabetização e ao letramento, cujas faixas etárias irão variar, aproximadamente, de seis a dez anos de idade.

No primeiro ano do ensino fundamental, a criança estará, provavelmente, com apenas seis anos, encontrando-se em um momento importante do desenvolvimento cognitivo e, conseqüentemente, deverá estar apta a lidar melhor com a linguagem, com a escrita, com a leitura. Há a possibilidade de desenvolver o raciocínio abstrato e, portanto, apta a ser estimulada de maneira criativa e desafiadora.

Trata-se de um grande desafio para o desenvolvimento dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas incluir as temáticas sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília e as histórias da pré-existências locais, além das culturas oriundas pelos candangos. Dessa maneira, a participação e colaboração de profissionais da educação habilitados são de fundamental importância para a construção de uma proposta de educação patrimonial no DF.

5.1 Primeiros passos para a construção da proposta pedagógica da “Caixa Patrimonial”

A proposta de denominar o projeto de “Caixa Patrimonial” refere-se simbolicamente à ideia de que seu interior possa ser dinâmico e construído permanentemente a cada ano. Sugere-se que ele tenha um conteúdo básico e didático que possa apresentar aos estudantes que cada lugar possui uma história e que deve ser comunicada e transmitida ano após ano. Além disso, fomentar a ideia de que cada um poderá contribuir na

construção dessa herança patrimonial e acrescentar a essa “caixa patrimonial” a sua própria história. No ano seguinte, essa caixa será entregue à nova turminha que chegará e receberá como um presente, simbolicamente representará uma herança que se perpetua ano após ano, num processo permanente de contribuição.

Propõe-se a produção de um material didático que aborde, além das questões do Conjunto Urbanístico de Brasília, as particularidades geográficas, sociais, culturais e históricas de cada uma das 32 regiões administrativas do DF.

A proposta é o desenvolvimento de uma “caixa patrimonial” com informações gerais da região do DF e com conteúdo histórico de cada uma das regiões administrativas, conectada a sua identidade e realidade sociocultural, com o material didático escrito e ilustrado em linguagem acessível a cada faixa etária.

Paralelamente, o material contará com o conteúdo de formação para o professor que poderá desenvolver suas atividades incluindo as propostas pedagógicas contidas na “caixa patrimonial”.

No escopo da proposta pedagógica, propõe-se que, anualmente, seja desenvolvida uma exposição itinerante nas 32 regiões administrativas, cujo público alvo seja as crianças. Ela poderá ser inaugurada na semana do Dia do Patrimônio Cultural, comemorado anualmente em 17 de agosto, em consonância com a data estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com temáticas diversas, a cada ano, o projeto museológico e museográfico da exposição deverá considerar e incluir aspectos particulares de cada região e sua conexão com Conjunto Urbanístico de Brasília.

Para a realização deste projeto busca-se construir parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com o IPHAN – Nacional e de Brasília e com o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (PROURB).

5.2 Construindo a proposta: primeira parceria com a Escola Parque da Natureza de Brazlândia

Na esteira da parceria com a SEEDF, via Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação (GEAPLA), foi realizada a primeira visita à Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBraz), cujo projeto político-pedagógico (Escola: Lugar de formação integral dos sujeitos) é caracterizado pela formação do cidadão em sua dimensão sociocultural, com oferta educacional em Artes, Educação Física, Educação Ambiental e Educação Patrimonial (SEEDF, 2018).

A EPNBraz tem como missão garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento integral dos sujeitos por meio do exercício da autonomia, visando uma transformação social que assegure a promoção da cidadania e a sustentabilidade (SEEDF, 2018).

Brazlândia é a Região Administrativa IV do DF e fica a 45 Km de Brasília. Foi fundada em junho de 1933 e possui 54 mil habitantes na área urbana e cerca de 30 mil na área rural totalizando 474,83km². Corresponde a um dos cinturões agrícolas regionais, produtora de morango, goiaba, leite e hortifrutigranjeiros e, ainda, é um polo de festas tradicionais, como a do Divino, Morango e a Via Sacra. A rede escolar é configurada por 30 escolas da rede pública e 6 escolas particulares.

A EPNBraz foi criada em 2014 e as atividades tiveram início no ano de 2015. Atualmente, atende em regime intercomplementar, no turno matutino, a 358 crianças de 6º e 7º anos e, no turno vespertino, a 315 crianças de 8º e 9º anos do CEF 03. No regime complementar do 1º ao 5º, a escola atende, no turno matutino, a 271 crianças alunos, perfazendo um total de 1 473 alunos (SEEDF, 2018).

Durante a visita, foi aplicado um questionário para as crianças entre 7 e 12 anos, cujo conteúdo buscou verificar a noção de pertencimento e de conhecimento dessas crianças em relação a locais e monumentos significativos do Conjunto Urbanístico de Brasília. Além disso, aproveitou-se a oportunidade de avaliar o questionário como instrumento de verificação.

Ele está dividido em três partes: na primeira, denominada “o sujeito”, a criança deverá se identificar, apresentando sua idade, local de nascimento e pessoas de sua residência. A segunda parte, denominada “conexões e escalas”, busca verificar o universo diário sobre onde costuma brincar e passear aos finais de semana.

Na terceira parte, denominada formas de “representação e pensamento espacial”, foi solicitado que a criança desenhe a primeira imagem que vem a sua mente quando pensa em Brasília. Associada a esta última seção, apresentou-se o mapa do Plano Piloto perguntando se reconheciam aquele desenho. Além dessa imagem, foram incluídas fotos de locais principais que se conectam imagicamente a Brasília/Plano Piloto questionando se conheciam o lugar, qual era o nome e se alguma vez passaram ou visitaram o local.

O Quadro 1 representa a quantidade de crianças que reconhece e ou já visitou os locais, mas não é capaz de identificar nominalmente. Dentro do universo avaliado, verifica-se que as crianças de 8 e 9 anos foram as que apresentaram maior conhecimento acerca do local. Certamente, pelo fato de estarem no 3º. ano do ensino fundamental, momento em que os conteúdos referentes ao DF são abordados.

Entretanto, o Quadro 2 apresenta os dados referentes à capacidade de identificar nominalmente o local. Observa-se que a média não ultrapassa a 15% do total de estudantes. O parque Niquelândia, localizado no Parque da Cidade, e que faz parte do universo das crianças, foi campeão de identificação.

Além disso, foi desenvolvido um minicurso denominado “Brasília, uma cidade educadora: sobre educação patrimonial e o desenho da cidade”. A atividade teve o objetivo de abordar questões sobre o significado histórico, artístico e cultural implícito no desenho original de Lucio Costa e as relações políticas e socioculturais com as regiões administrativas do DF e visou a fomentar uma articulação entre a Universidade de Brasília/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, o IPHAN/DF/Nacional e a Secretaria da Educação do DF (SEEDF) com o foco na educação patrimonial.

O minicurso subsidiou o desenvolvimento do primeiro material didático proposto pelo projeto de pesquisa. Trata-se de um jogo de tabuleiro tendo como suporte metodológico a estrutura curricular da Base Nacional Comum Curricular (1º ao 5º ano). Desta maneira, o conteúdo didático do jogo busca o cruzamento interdisciplinar das áreas temáticas, ou seja, linguagens; matemática; ciências da natureza; ciências humanas e artes (Figura 1).

Para cada ano foi desenvolvido o detalhamento dos conhecimentos que devem ser abordados e foi identificado que há um processo

Quadro 1. Crianças que reconhecem e ou já visitaram os locais, mas não são capazes de identificar nominalmente os locais.

Idade	Quantidade de estudantes	Congresso Nacional	Torre de TV	Memória JK	Catedral	Igrejinha	Ponte JK	Parque da cidade	CCBB	Superquadra
7	3						1	1	1	
8	13	5	2	2	3	2	3	3	1	4
9	15	11	3	5	7	2	7	13	2	3
10	11	4	5	2	6		1	7	2	
11/12	10	2	1	1	2	1	2	6	2	2

Fonte: Dados dos autores.

Quadro 2. Crianças que são capazes de identificar nominalmente os locais.

Idade	Quantidade de estudantes	Mapa do Plano Piloto			Congresso Nacional		Torre de TV	Memória JK	Catedral
		DF	Brasília	Asas Sul e Norte	Congresso Nacional	Palácio do Planalto			
9	15	3	2	1	1		3	3	3
10	11		1	1	1		2		3
11/12	10	2		1			1	2	1

Fonte: Dados dos autores.

Figura 1. Programação atividades do minicurso.

1º A 5º ANO
objetivos das áreas de conhecimento comuns para os primeiros anos do ensino fundamental

Linguagens: (Língua portuguesa, língua inglesa e educação física)
- Construção humana, histórica, social e cultural; compreender de forma dinâmica, incluindo as potencialidades subjetivas; desenvolver a consciência de direitos humanos, consciência socio-ambiental com atuação crítica;
- Desenvolvimento do senso estético a partir das manifestações artísticas culturais, das locais ao mundanas;
- Utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, reflexiva e ética.

Matemática: (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade)
- Aprender as articulações de equivalência, ordem, proporcionalidade, independência, representações, variação e aproximação;

Ciências da Natureza: (Ciências)
- Entender processos, práticas e procedimentos da investigação científica;

Ciências Humanas: (Geografia e História)
- Compreender a si e ao outro como identidades diversas, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos;
- Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão;

Potencial: (o que pode ser explorado em relação à Brasília?)

1º A 5º ANO
ARTES elementos a serem explorados na criação dos jogos didáticos

Artes Visuais: (Objetos de conhecimento)
- Construir e praticar: (EF15AR01)
- Elementos da linguagem: (EF15AR02)
- Materiais e técnicas: (EF15AR03)
- Processos de criação: (EF15AR04), (EF15AR05)
- Sistemas da linguagem: (EF15AR06)

Artes Integradas: (Objetos de conhecimento)
- Processos de criação: (EF15AR07)
- Matrizes estéticas culturais: (EF15AR08)
- Patrimônio cultural: (EF15AR09)
- Arte e tecnologia: (EF15AR10)

Potencial: (o que pode ser explorado em relação à Brasília?)

Proposta: (como funciona o jogo?)

Fonte: Dados dos autores.

Figura 2. Exemplo de detalhamento por conhecimento por ano letivo (primeiro ano).

1º ANO
conhecimentos nas diversas áreas a serem interrelacionados e pensados de forma conjunta e lúdica para a criação dos jogos didáticos

Matemática:
ÁLGEBRA: objetos de conhecimento:
- Padrões figurais e numéricos; investigação de regularidades ou padrões em sequências: (EF01MA08)
GEOMETRIA: objetos de conhecimento:
- Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário adequado: (EF01MA11), (EF01MA12)
- Figuras geométricas: espaços; reconhecimento e relações com objetos familiares do mundo físico: (EF01MA13)
- Figuras geométricas planas; reconhecimento do formato das faces de figuras geométricas espaciais: (EF01MA14)

Ciências Humanas: Geografia
O SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO: objetos de conhecimento:
- O modo de vida das crianças em diferentes lugares: (EF01GE01), (EF01GE02)
- Situações de convívio em diferentes lugares: (EF01GE03), (EF01GE04)
CONDIÇÕES E ESCALAS: objetos de conhecimento:
- Códigos naturais e a vida cotidiana: (EF01GE05)

Ciências Humanas: História
MUNDO PESSOAL: MEU LUGAR NO MUNDO: objetos de conhecimento:
- As faixas da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente, futuro): (EF01HI01)
- As diferentes formas de organização da família e da comunidade; os vínculos pessoais e as relações de amizade: (EF01HI02), (EF01HI03)
- A escola e a diversidade do grupo social envolvido: (EF01HI04)

Potencial: (o que pode ser explorado em relação à Brasília?)

Proposta: (como funciona o jogo?)

MUNDO PESSOAL: EU, MEU GRUPO SOCIAL E MEU TEMPO: objetos de conhecimento:
- A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial; os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial: (EF01ME01)
- A vida em família; diferentes configurações e vínculos: (EF01ME02), (EF01ME03)
- A escola, sua representação espacial, sua história e seu papel na comunidade: (EF01ME04)

FORMAS DE REPRESENTAÇÃO E PENSAMENTO ESPACIAL: objetos de conhecimento:
- Pontos de referência: (EF01GE06), (EF01GE07)

NATUREZA, AMBIENTES E QUALIDADE DE VIDA: objetos de conhecimento:
- Condições de vida nos lugares de vivência: (EF01GE10), (EF01GE11)

Fonte: Dados dos autores.

construtivo crescente de abordagens (Figuras 2 e 3) e na estrutura do jogo foram consideradas todas as regiões administrativas do DF.

5.3 Construção do jogo “Perfil do DF”

Considerando as abordagens temáticas relacionadas aos conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foram propostas cinco categorias para o desenvolvimento do jogo, sendo: monumentos, que relaciona os conhecimentos de Arte, Matemática e História; Lugares-cidade, que relaciona os conhecimentos de História e Geografia; Pessoas, que relaciona os conhecimentos de História e Geografia; fauna e flora, que relaciona os conhecimentos de História e Geografia; e Regiões Administrativas, que relaciona os conhecimentos de Ciências e Geografia (Quadro 3).

Cada carta representa um diferente tópico relacionado às diversas categorias. Por exemplo: O Congresso Nacional pode ser considerado um monumento ou lugar; o eixo rodoviário “Eixão” – lugares-cidade; Lucio Costa – pessoas; o cerrado – flora; o Gama – região administrativa etc. Para cada tópico, foram apresentadas dez dicas relacionadas a ele, que irão descrever características para que o estudante possa desvendar a que se refere a carta sorteada (Figura 4).

A descrição das dicas deverá incluir os conhecimentos relacionados às informações e conteúdo das diferentes áreas: matemática, geografia, história, ciências etc. Além disso, o jogo terá um tabuleiro que permita que os estudantes possam se conectar espacialmente com o desenho da cidade. Para cada carta haverá fotos que relacionem imageticamente a informação ao estudante.

Respeitando a proposta pedagógica da construção da caixa patrimonial, sugere-se que cada escola possa fazer o jogo Perfil da sua própria escola e região, cujo objetivo é construir permanentemente a história de cada lugar.

Figura 3. Exemplo de detalhamento por conhecimento por ano letivo (segundo ano).

2º ANO	Matemática:	Ciências da Natureza:	Ciências Humanas: Geografia	Ciências Humanas: História	Potencial:
conhecimentos nas diversas áreas a serem interrelacionados e pensados de forma conjunta e lúdica para a criação dos jogos didáticos	NÚMEROS: objetos de conhecimento: - Contagem de retas, Contagem ascendente e descendente. Reconhecimento de números no contexto diário; indicação de quantidades; indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações. (EF01MA01)	Entender processos, práticas e procedimentos da investigação científica.	O SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO: objetos de conhecimento: - O modo de vida das crianças em diferentes lugares. (EF01GE01) (EF01GE02) - Situações de convívio em diferentes lugares. (EF01GE03) (EF01GE04)	MUNDO PESSOAL: MEU LUGAR NO MUNDO: objetos de conhecimento: - As fases da vida e a vida de temporalidade (passado, presente, futuro). (EF01HI01) - As diferentes formas de organização da família e da comunidade; os vínculos pessoais e as relações de amizade. (EF01HI02) (EF01HI03) - A escola e a diversidade do grupo social envolvido. (EF01HI04)	Potencial: (o que pode ser explorado em relação à Brasília?) Proposta: (como funciona o jogo?)
	GEOMETRIA: objetos de conhecimento: - Localização de objetos e de pessoas no espaço; utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado. (EF01MA11) (EF01MA12) - Figuras geométricas espaciais; reconhecimento e relações com objetos familiares do mundo físico. (EF01MA13) - Figuras geométricas planas; reconhecimento do formato das faces de figuras geométricas.	Ciclos naturais e a vida cotidiana. (EF01GE05)	MUNDO DO TRABALHO: objetos de conhecimento: - Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia. (EF01GE07)	MUNDO PESSOAL: EU, MEU GRUPO SOCIAL E MEU TEMPO: objetos de conhecimento: - A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial; os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial. (EF01HI05)	
			FORMAS DE REPRESENTAÇÃO E PENSAMENTO ESPACIAL: objetos de conhecimento: - Pontos de referência. (EF01GE08) (EF01GE09)		
			NATUREZA, AMBIENTES E QUALIDADE DE VIDA: objetos de conhecimento: - Condições de vida nos lugares de vivência. (EF01GE10) (EF01GE11)		

Fonte: Dados dos autores.

Figura 4. Exemplo das cartas do jogo Perfil.

CATEGORIA	CARTA	DICAS	CATEGORIA	CARTA	DICAS
MONUMENTOS	1 - Congresso Nacional	1. Volumetricamente, sou o composto por 2. Uma longa ramal leva o pedestre da 3. Tenho duas torres gêmeas de 27 4. Tenho uma passarela entre o obelisco 6. Sou o nome da praça dos três poderes 7. Sou composto por duas colunas, uma 8. Meu pai é Oscar Niemeyer 9. Em minha praça estão representadas 10. Sou a sede do governo nacional	LUGARES-CIDADE	1 - Eixo Rodoviário	1. Devido ao tamanho, em duas asas, Asa Sul e 2. Sou o maior, que meu eixo é um 3. O Lago Paranoá, localiza-se ao lado da 4. Sou cheio de residências 6. Sou conhecido por ter dois monumentos 7. Possui 16 assentamentos urbanos 8. Possui um traçado interno de vias 9. De 10 mil a 15 mil casas 10. Possui 13,5 km de extensão, na direção Norte-Sul do Plano Piloto
PESSOAS	1 - Lucio Costa	1. Nasceu no Rio de Janeiro 2. Teve a ideia da construção de Brasília 3. Sou um arquiteto 4. Sou amigo de Oscar Niemeyer 6. Estudei na Escola Nacional de Belas Artes 7. Fui professor 8. Fui influenciado pelo arquiteto francês Le Corbusier 9. Teve obras em vários lugares no mundo 10. Passei a infância em Diamantina (MG)	FLORA	1 - Cerrado	1. Ocupa cerca de 24% ou 3 vezes do total 2. Possui a vegetação típica do Brasil 3. Sou o maior bioma do Brasil 4. Sou o maior bioma do Brasil 6. Possui 3 milhões de hectares 7. Tem 1 milhão de hectares 8. Sou o segundo maior bioma do Brasil 9. Possui cerca de 100 mil espécies de plantas 10. Sou o maior bioma do Brasil 11. Sou o maior bioma do Brasil 12. Sou o maior bioma do Brasil 13. Sou o maior bioma do Brasil 14. Sou o maior bioma do Brasil 15. Sou o maior bioma do Brasil
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	1 - Gama	1. A Gama é uma região administrativa do DF 2. A Gama é uma região administrativa do DF 3. Sou a Gama 4. Tem cerca de 100 mil habitantes 5. Sou a Gama 6. Sou a Gama 7. Sou a Gama 8. Sou a Gama 9. Sou a Gama 10. Sou a Gama			

Fonte: Dados dos autores.

Quadro 3. Exemplo de detalhamento por conhecimento por ano letivo (segundo ano).

CATEGORIA	CONTEÚDOS BNCC
Monumentos	Arte, Matemática, História
Lugares-cidade	História e Geografia
Pessoas	História
Fauna e Flora	Ciências e Geografia
Regiões Administrativas	Geografia

Fonte: Dados dos autores.

6. Desdobramentos do projeto

No ano de 2019, o projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós- Graduação da FAU (PPG/FAU) com a participação de diferentes atores, na disciplina

temática acerca da educação patrimonial ministrada pela Profa. Cláudia Garcia.

Como desdobramento das atividades desenvolvidas no PPFG-FAU, a equipe participou da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2019, que ocorreu entre os dias 21 e 27 de outubro no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília, com apoio do Centro Cultural Três Poderes, com apoio financeiro de edital específico da FAPDF.

A exposição foi dividida em duas partes com uma expografia produzida a partir de um levantamento fotográfico no Arquivo Público do Distrito Federal, esse primeiro momento foi dividido em quatro núcleos. A outra parte corresponde a uma proposta lúdica e interativa, com jogos e oficinas de desenho e pintura voltadas especialmente para as crianças.

A exposição Brasília 60+, planejada em parceria com a FAU-UnB e o Centro Cultural Três Poderes, homenageia a capital do país. Posteriormente, aberta à visitação pública no Centro Cultural Três Poderes.

6.1 A exposição Brasília 60+

Ao celebrar o aniversário de 60 anos de Brasília, uma cidade que nasceu não só com a intenção de unir o Brasil, mas também como sinal de esperança de uma nova época que despontava no final dos anos de 50 e inscrita como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1987, a exposição foi organizada em função de uma narrativa, que visa não somente ao processo de construção da cidade em si mesma, mas trazer as diversas labutas dos trabalhadores que vieram de todo o Brasil para construir a capital, que se tornou um marco na história do país, assim como as mais variadas épocas da ocupação território em que foi assentada a cidade.

Conforme Franco (2018, p., 20), “uma exposição é a organização de conteúdos ou objetos em um ambiente, a partir da composição de uma narrativa ou temática específica, de forma a atender a uma das funções de comunicação do museu ou centro cultural”. Assim, toda a exposição foi pensada de modo a permitir uma infinidade de interfaces que se estabelecem e se relacionam, permitindo diversas leituras do seu conteúdo que propiciem maior produção de sentimento entre o público e a cidade de Brasília.

Destarte Brasília 60+ foi articulada em quatro núcleos que retratam bem mais que os 60 anos correspondentes à existência física da cidade. O arranjo e a produção imagética buscaram resgatar o passado longínquo com base em registros arqueológicos, e a narrativa do primeiro núcleo corresponde aos vestígios de grupos humanos de 9000 anos atrás, que habitavam o território do atual Distrito Federal, um passado bem marcante, atestado pelos vários sítios arqueológicos da

região. Essa parte conta ainda com imagens da região, entre o fim do séc. XIX e início do séc. XX, são fazendas e cidades registradas pela Missão Cruls, que tinha como objetivo demarcar o local para a implantação da nova Capital. Já o segundo núcleo trouxe a construção de Brasília no final dos anos 50. A narrativa proposta aqui foi produzida a partir de imagens, que demonstram as lutas e desafios dos trabalhadores para edificar uma cidade no centro do país. Esse núcleo apresenta também os conflitos que continuaram depois da inauguração da capital com o nascimento de diversas regiões administrativas que compõem o DF.

Por fim, o terceiro e o quarto núcleos trazem a temática do patrimônio, tanto material como imaterial de todo o DF, as festas religiosas e populares, o carnaval, os lugares, a arquitetura, que são representados de modo a trazer um chamado à reflexão sobre a relação com a cidade, o pertencimento, a empatia com o território que habitamos e suas manifestações culturais, um questionamento sobre o lugar desejado para o futuro.

6.2 Atividades lúdicas

Como atividade paralela à exposição, e contribuindo para o enriquecimento da experiência proposta pela narrativa imagética da expografia, houve ações educativas interligadas com a educação patrimonial, em que o público era convidado a participar após a sua visita. Para tanto, foram disponibilizados jogos para o público infantil, como material didático, entre os quais, o de Perfil com categorias relacionadas a pessoas, lugares, história, monumentos, fauna, flora e patrimônio material e imaterial, com a finalidade de resgatar a memória histórica, além de jogos de ação e memória relativos aos monumentos da cidade.

Com isso, a ação educativa da exposição teve por finalidade abordar a temática do patrimônio a fim de criar sentimentos que ajudem o despertar nas crianças de uma consciência comprometida com os valores culturais do Distrito Federal, uma vez que a empatia com o meio é fator fundamental para gerar afetos que estabeleçam vínculos entre o indivíduo e o seu patrimônio.

Houve, também, durante a exposição, oficinas de desenho e pintura, em que os participantes eram convidados a desenhar ou pintar imagens sobre a cidade a partir de suas vivências e percepções. Essas ações intencionavam chamar atenção da consciência, através da educação imagética, e, dessa maneira, contribuir para o reconhecimento do Patrimônio Cultural como um bem comum a todos, e, conseqüentemente, para a necessidade de sua preservação. Todas essas atividades foram desenvolvidas durante a exposição com boa participação e interação do público, o que correspondeu às expectativas iniciais da curadoria.

Diante dessa proposta, a pesquisa considera como fundamentais as parcerias com o a secretaria de Cultura e a de Educação do DF e outros órgãos que possam contribuir para o aprimoramento da ideia. Entende-se

que há muito ainda a ser desenvolvido. Entretanto, essa primeira prospecção corrobora a hipótese de que é urgente a necessidade de introdução da temática nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas do DF. ■

Notas

- ¹ Surge de propostas e práticas para a gestão do patrimônio cultural na Inglaterra a partir da expressão Heritage Education, criada no contexto de programas educativos de museus e, depois, em diversas instituições educacionais e culturais.
- ² Essa proposição resultou na inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica.
- ³ Atualmente, o IPHAN conta com três grandes iniciativas nesse âmbito, o Projeto Casas do Patrimônio, o Programa Mais Educação e o Programa de Extensão Universitária (Proext).
- ⁴ Disponível em: http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2016/08_Agosto/DODF%20155%2017=08-2016-&arquivo-DODF%20155%2017-08-2016%20SECAO1.pdf#page=13. Acesso em 19/1/2019.
- ⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/df/noticias/detalhes/4983/parceria-promove-o-patrimonial-cultural-em-projetos-pedagogicos-da-rede-publica-do-distrito-federal>. Acesso em: 19/1/2019.
- ⁶ Disponível em: <https://www.faedf.com.br/site/cartilha-da-educacao-patrimonial/> Acesso em: 19/1/2019.
- ⁷ Disponível em: <http://www.ihgdf.com.br/atividades-educacionais/>. Acesso em: 19/01/2019.
- ⁸ Disponível em: <https://www.metropoles.com/ponto-de-vista/sociedade-civil-se-mobiliza-e-lanca-programa-de-educacao-patrimonial>. Acesso em: 19/01/2019.
- ⁹ Em ordem alfabética: Capela Nossa Senhora de Fátima, Casa de Chá – atual Centro de Atendimento ao Turista, Congresso Nacional, Conjunto Cultural da República, Conjunto Cultural Funarte, Conjunto do Palácio da Alvorada, Conjunto dos Ministérios e anexos, Conjunto Urbanístico do Plano Piloto, Edifício do Touring Club do Brasil, Espaço Lucio Costa, Espaço Oscar Niemeyer, Memorial dos Povos Indígenas, Memorial JK, Museu da Cidade, Museu do Catetinho, Palácio da Justiça, Palácio do Planalto, Palácio Itamaraty e anexos, Palácio Jaburu, Panteão da Liberdade e Democracia, Placa de Ouro Oferecida a Rui Barbosa, Pombal (Praça dos Três Poderes), Praça dos Três Poderes, Quartel General do Exército, Supremo Tribunal Federal, Teatro Nacional Cláudio Santoro.
- ¹⁰ Sobre esse período existem identificados 17 sítios históricos, que registram a ocupação durante o período colonial e imperial. Nesse caso, os vestígios encontrados são restos de edificações e de outras obras, além de materiais em louça, vidro e metal de origem europeia e ou local. No Parque Nacional de Brasília há vários desses sítios, associados às estradas coloniais.

Referências bibliográficas

- ANASTASSAKIS, Z. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 2007.
- CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílio** - PDAD - 2013/2014. Brasília, 2014.
- CORREA, S. M. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, 24, n. 1, Abril 2016. 15-58.
- CURY, I. (.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. São Paulo: Revista CPC, n.22, p.267-291, jul./dez 2016.
- DISTRITO FEDERAL, SEEDF. **Currículo em Movimento do Distrito Federal Educação Básica**: Ensino Fundamental anos iniciais anos finais. 2. ed. Brasília: GDF, 2018. 316 p. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf>.
- _____. Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB). **Catálogo: Programas e Projetos** 2018. Brasília, 2018FON-SECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FRANCO, M. I. M. **Planejamento e Realização de Exposições**. Brasília: Ibram, v. Coleção Cadernos Museológicos, 3, 2018. 230 p.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GONÇALVES, J. R. S. **Retórica da Perda**: discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- GRUNBERG, E. et al. Guia Básico da Educação Patrimonial. **Museu Imperial / DEPRON - IPHAN - MINC**, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>.
- IPHAN. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.
- _____. **Patrimônio Arqueológico** – DF, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/576/>>. Acesso em: 5 janeiro 2020.
- SANTOS, M. C. T. M. S. Museu e Educação: conceitos e métodos. In: Santos, M. C. T. M. S. **Encontros Museológicos** - reflexões sobre a museologia a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. p. 125-146.
- SEEDF. Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBraz). **Projeto Político Pedagógico**: Escola: lugar de formação integral dos sujeitos. Brazlândia, 2018.
- SIQUEIRA, J. M. D. O signo da participação: museu e educação na perspectiva da sociomuseologia. **Revista de Arqueologia Pública**: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp, Campinas-SP, 8, 2014. 47-62.
- TOLENTINO, A. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático 5, João Pessoa, p. 38-48, 2016.
- VIANNA, L. C. R. Pluralidade Cultural e Identidade Nacional: experiências recentes de políticas no Brasil. In: Garcia, M. V. C.; Gusmão, R.; Teixeira, J. G. L. C. **Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: TRANSE UnB, 2004.
- _____. **Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial**: perspectivas preliminares para o Distrito Federal. Secretaria de Estado de Cultura – Governo do Distrito Federal. Brasília, p. 84. 2018.